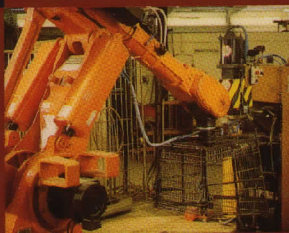


LUÍS MIRA AMARAL

INDÚSTRIA E ENERGIA

AS APOSTAS DO FIM DO SÉCULO



B
1732

BERTRAND EDITORA

Índice

PREFÁCIO	19
INTRODUÇÃO	23
I — DA 1ª REVOLUÇÃO INDUSTRIAL À SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO	
I.1 — As 1ª e 2ª revoluções industriais	35
I.2 — A crise mundial das indústrias nos anos 70 e os choques energéticos	38
I.3 — A 3ª revolução industrial	41
I.4 — As grandes áreas tecnológicas da 3ª revolução industrial	43
I.5 — A sociedade da informação: o aprofundamento da 3ª revolução industrial ..	46
I.6 — O mito da desindustrialização e as relações entre os serviços e a indústria	59
I.7 — A terciarização do emprego na sociedade da informação	66
I.8 — A industrialização dos sectores primário e terciário	68

I.9 — A indústria dos serviços	70
I.10 — A fábrica computadorizada da sociedade da informação: das tecnologias CIM ao conceito CHIM	79
II — INOVAÇÃO E COMPETITIVIDADE EMPRESARIAL	
II.1 — Invenção, inovação e difusão	85
II.2 — A importância da inovação	87
II.3 — Da invenção à inovação — um itinerário sistémico não linear	88
II.4 — As quatro categorias de inovação	91
II.5 — Competitividade e Tecnologia — A chave para a inovação dos anos 90	93
II.6 — Tecnologia e inovação	95
II.7 — Inovação tecnológica e características dos sectores industriais	95
III — A ENERGIA E A ECONOMIA MUNDIAL	
III.1 — A importância da energia na actividade económica	101
III.2 — Os mercados petrolíferos e a OPEP	107
III.3 — As grandes questões energéticas para o ano 2000	112
III.4 — O cenário energético até ao ano 2000	119

INDÚSTRIA E ENERGIA: AS APOSTAS DO FIM DO SÉCULO

III.5 — A construção do Mercado Interno da Energia na União Europeia	122
III.6 — A Carta Europeia da Energia	125
IV — ECONOMIA E AMBIENTE: O DESAFIO DO FINAL DO SÉCULO	
IV.1 — A questão ambiental	131
IV.2 — As omissões da economia clássica	134
IV.3 — O conceito de desenvolvimento sustentado	137
IV.4 — A economia do ambiente e a “eco-nomics”	140
IV.5 — O ambiente nas estratégias empresariais	145
IV.6 — Eficiência energética e protecção do ambiente	146
IV.7 — Competitividade industrial e protecção do ambiente	151
IV.8 — Tecnologias de fim de linha e tecnologias ecológicas	156
IV.9 — O ambiente como factor de desenvolvimento económico e social: as eco-indústrias	158
V — A ECONOMIA GLOBAL E OS MOVIMENTOS DE INTEGRAÇÃO REGIONAL	
V.1 — A internacionalização dos sistemas económicos e a mundialização dos mercados	165

V.2 — A economia global e o novo paradigma da competitividade: a teoria das vantagens competitivas	170
V.3 — Os blocos regionais na economia global	172
V.4 — O conceito de competitividade na economia global	183
V.5 — A evolução da economia mundial	187
V.6 — Os recursos humanos na economia global: a gestão social da tecnologia	189
V.7 — Um novo conceito de empresa para um novo contexto envolvente	195
V.8 — A nova dimensão da actividade produtiva e a gestão das áreas não produtivas	198
VI — A EUROPA NA ECONOMIA GLOBAL	
VI.1 — O desafio europeu na economia global: um novo modelo para a Europa	205
VI.2 — O desafio tecnológico e a necessidade de um grande mercado interno	208
VI.3 — A indústria europeia na sociedade da informação: factores de vulnerabilidade e de competitividade	210
VI.4 — Política Industrial Comum: do Tratado de Roma a Maastricht	213
VI.5 — A política europeia de ciência e tecnologia no contexto da política industrial comum	219

VI.6 — A reestruturação empresarial no contexto do Mercado Único Europeu	224
VI.7 — Política de concentrações no Mercado Único Europeu	227
VI.8 — O Regulamento Comunitário sobre o Controlo de Concentração de Empresas	232
VI.9 — Do Mercado Único à União Económica e Monetária	236
VI. 9.1 — Os acordos de Maastricht e a União Económica e Monetária	236
VI. 9.2 — A União Económica e Monetária e as Políticas Estruturais	237
VI. 9.3 — O funcionamento do Sistema Monetário Europeu (SME)	242
VI. 9.4 — As perspectivas para a criação da moeda única no fim do século e os critérios de Maastricht	245
VI. 9.5 — O dilema “aprofundamento”-alargamento e o desafio para Portugal	250
VI. 9.6 — As convergências nominal e real da economia portuguesa	252
VI. 9.7 — A moeda única e as empresas: o caso português	256
VI.10 — A reconstrução económica no Centro e Leste Europeu	261

VI.11 — Da União Europeia a 15 ao alargamento a Leste: o posicionamento estratégico para as empresas portuguesas	265
VI.12 — Portugal: opção europeia ou vocação atlântica?	273
VII — A INTERVENÇÃO DO ESTADO NA ECONOMIA E O CONCEITO DE POLÍTICA INDUSTRIAL	
VII.1 — O mercado como instrumento de desenvolvimento económico e social e a falência do marxismo	279
VII.2 — As novas formas de organização económica e social	282
VII.3 — As relações entre o Estado e a economia: Estado-empresário e Estado-regulador/incentivador	284
VII.4 — As razões para a intervenção do Estado numa economia de mercado	286
VII.5 — Os conceitos de política industrial	289
VIII — PRIVATIZAÇÕES E CONCORRÊNCIA: A APOSTA NO SECTOR PRIVADO	
VIII.1 — Os objectivos da política de privatizações	295
VIII.2 — As abordagens ao problema da privatização	297
VIII.3 — As formas de privatização	299
VIII.4 — O sector público da economia em Portugal à data das privatizações	302

VIII.5 — As privatizações como instrumento de política industrial numa economia de mercado	306
VIII.6 — Reestruturação e privatização das empresas públicas industriais e energéticas portuguesas	309
IX — POLÍTICA INDUSTRIAL E ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO: A APOSTA NA ECONOMIA GLOBAL	
IX.1 — O condicionamento industrial do Estado Novo: a “mão visível” e “o primado dos produtores sobre os consumidores”	321
IX.2 — Do mercado doméstico português ao mercado interno europeu	332
IX.3 — O investimento no exterior e a internacionalização das empresas portuguesas	336
IX.4 — A especialização industrial portuguesa no contexto comunitário e o papel do investimento estrangeiro	338
IX.5 — A estratégia de desenvolvimento e a concepção da política industrial	341
IX.6 — Os sectores tradicionais e as novas tecnologias ...	348
IX.7 — Objectivos horizontais e orientações sectoriais da política industrial portuguesa	350
IX.8 — A vertente financeira da política industrial	358
IX.8.1 — O capital, um dos factores determinantes do desenvolvimento empresarial	358

IX.8.2 — A necessidade de interligação entre o sistema financeiro e a indústria nacional	360
IX.8.3 — As experiências alemã e japonesa	361
IX.8.4 — Os instrumentos financeiros da política industrial e a ligação IAPMEI-Banca	363
IX.9 — Os serviços na política industrial portuguesa	371
IX.10 — A importância das PME no contexto da política industrial portuguesa	372
IX.11 — Grupos económicos e privatizações no contexto da integração europeia	376
IX.12 — A experiência dos programas de apoio ao desenvolvimento industrial: PEDIP e PEDIP II ...	380
IX.13 — A situação da indústria portuguesa	383
IX.14 — As transformações estruturais em curso na indústria portuguesa	384
IX.15 — Cenários para o ano 2015: a aposta para o novo século	392
IX.15.1 — Cenários da Indústria Portuguesa	393
IX.15.2 — Estruturas da Indústria: Anos 2000 e 2015 ..	397
IX.15.3 — Impacte dos cenários: dinâmica de trocas ..	400
X — A INDÚSTRIA EXTRACTIVA: A APOSTA NOS RECURSOS NATURAIS	
X.1 — A Península Ibérica no contexto europeu	407

X.2 — A importância do sector extractivo na economia nacional	409
X.3 — A política para o sector extractivo	411
X.4 — O novo quadro legislativo para o sector extractivo	413
X.5 — A evolução do sector extractivo	414
XI — POLÍTICA TECNOLÓGICA E INOVAÇÃO EMPRESARIAL: A APOSTA NA INTELIGÊNCIA PORTUGUESA	
XI.1 — A política tecnológica no contexto da política industrial	419
XI.2 — Os instrumentos da política tecnológica	422
XI.3 — O financiamento da investigação industrialmente orientada nas empresas portuguesas	426
XII — PORTUGAL — UM SISTEMA ENERGÉTICO PARA O NOVO SÉCULO: A APOSTA NA DIVERSIFICAÇÃO E NA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA	
XII.1 — O problema energético português	431
XII.2 — A resposta energética portuguesa aos choques petrolíferos	432
XII.3 — O sistema energético nacional no contexto da União Europeia	436
XII.4 — A caracterização do sistema	441
XII.4.1 — O consumo de energia primária	441

XII.4.2 — O consumo final de energia	443
XII.4.3 — A dependência energética externa e a relação electricidade hídrica/ /electricidade total	446
XII.4.4 — A utilização racional de energia	448
XII.4.5 — A questão ambiental e as emissões de CO ₂	450
XII.5 — As linhas de orientação e os objectivos da política energética	459
XII.5.1 — As linhas de orientação	459
XII.5.2 — Os objectivos estratégicos	463
XII.5.3 — Objectivos e políticas	469
XII.6 — A nova estrutura institucional	475
XII.7 — A liberalização do sector petrolífero e o papel da Petrogal	476
XII.8 — A liberalização do sector eléctrico e a reestruturação da Electricidade de Portugal (EDP)	478
XII.8.1 — As tendências de evolução da indústria eléctrica nos anos 90	478
XII.8.2 — A situação do sector eléctrico português nos anos 76-85	486
XII.8.3 — A reforma estrutural do sector eléctrico as mudanças no período 1987-95	489

XII.8.4 — A abertura à iniciativa privada do sector da energia eléctrica	490
XII.8.5 — A recuperação económico-financeira da EDP	492
XII.8.6 — A aproximação das tarifas de energia eléctrica aos preços europeus	495
XII.8.7 — A desverticalização da EDP: a criação de empresas de produção, transporte e distribuição	496
XII.8.8 — A abertura do capital (privatização parcial) no grupo EDP	500
XII.8.9 — O novo conceito de sistema eléctrico nacional	501
XII.9 — A introdução do gás natural	505
XII.9.1 — Os objectivos do projecto	505
XII.9.2 — O comércio internacional do gás natural e o caso português	508
XII.9.3 — A configuração do projecto português	513
XII.9.4 — A 2ª central a gás natural e a diversificação das fontes	516
XII.9.5 — A contribuição do gás natural para o nosso balanço energético no ano 2000	518
XII.10 — O lado da oferta: as fontes de energia para a economia portuguesa	520

XII.11 — O Plano Energético Nacional (PEN)	524
XII.11.1 — O conceito de PEN	524
XII.11.2 — Os cenários do PEN	527
XII.11.3 — Procura de energia	531
XII.11.4 — Oferta de energia (1995-2015)	541
XII.11.5 — Dependência energética externa	551
ANEXOS	
ANEXO 1 — PORTUGAL — INDICADORES ECONÓMICOS E INDUSTRIAIS	557
ANEXO 2 — INDICADORES ENERGÉTICOS	571
ANEXO 3 — A REESTRUTURAÇÃO DAS PRINCIPAIS EMPRESAS PÚBLICAS	597
BIBLIOGRAFIA	629